

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia,  
Ex.mo Senhor Presidente do Governo,  
Senhoras e Sr.s Deputados,  
Senhora e Sr.s Membros do Governo

Durante os últimos três dias, cumpriu o Parlamento Açoriano um dos seus rituais mais nobres: a discussão, a que se seguirá a respectiva votação e aprovação, do Plano e Orçamento para 2007.

É do maior simbolismo feito praxe, aliás vetusta, de qualquer Parlamento que se preze: a autorização, por parte dos legítimos representantes do povo açoriano, ao seu Governo para afectar e distribuir as dotações e recursos financeiros esperados pelas diversas áreas e sectores da governação. Possibilitando assim o cumprimento do Programa do Governo, que também aprovámos. E lembrando o carácter parlamentar do nosso sistema de governo.

Por isso mesmo, o rito e a praxe devem ser também uma festa do nosso sistema democrático. Não só pelo seu cumprimento escrupuloso. Pelo debate plural que gera e gerou. Mas sobretudo por acrescentadas razões e fundamentados objectivos.

É que – Senhoras e Senhores Deputados – como referiu um ilustre Deputado da oposição, decaindo perigosamente na verdade dos números, estes documentos, na sua expressão global e financeira, parecem consubstanciar um “jackpot”. Pelo seu real e efectivo crescimento. Mas sobretudo pela segurança, estabilidade e previsibilidade, de que são a primeira materialização, ao nível das conquistas estruturantes que o Governo Regional alcançou, por mérito próprio, nos últimos meses.

É que estes documentos espelham já os critérios da nova Lei de Finanças das Regiões Autónomas, já aprovada na generalidade na Assembleia da República. Incorporam também as verbas a que temos direito na sequência da negociação nacional acerca da afectação das verbas comunitárias do IV Período de Programação Financeira para 2007/2013, e contêm ainda a primeira tranche, que resulta do entendimento que engoliu o pequeno desentendimento entre o Governo Regional e o Governo da República,

ocorrido há exactamente um ano, e que vem assim beneficiar os Açores e firmar, para quem tivesse dúvidas, as palavras e o compromisso de Carlos César.

Têm pois o calor da esperança, para os Açores e para os Açorianos, este tempo outonal, que o é apenas na estação. Ao invés, o PSD, comprovadamente, e porque não há duas sem três, dá-se mal com Novembro!

Efectivamente, há dois anos, por esta altura, era dissolvida a Assembleia da República, e o pitoresco Governo de Santana Lopes, após o seu empenhamento na campanha das últimas eleições regionais, esfumava-se, como parêntesis irrelevante e anedótico da nossa vida política recente. Entretanto, o PSD/Açores estava sem líder. Menos de seis meses passados, a discussão do Plano e Orçamento para 2005, não contou com a presença do líder do PSD-A. Estava ausente em Lisboa.

Há exactamente um ano, na sequência da pretensa vitória autárquica, o PSD estava nos Açores, em nova orfandade de liderança. E, passado um ano, hoje, o PSD, suspeita-se, só não está órfão por absoluta míngua de candidatos à adopção! Mas tem pai cansado, desacreditado e desastrado!

São frias e tristes, para o maior partido da oposição, as manhãs de Novembro! Maleita que não se cura com a profiláctica vacina da gripe, ainda que aviaria, nem benzedura de mãe-de-santo.

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia,

Ex.mo Senhor Presidente do Governo,

Senhoras e Sr.s Deputados,

Senhora e Sr.s Membros do Governo

Tem havido no principal partido da oposição um frenesim que o impede de distinguir o essencial do acessório. De ter dos Açores, e da sua governação, uma posição global, ainda que crítica, construtiva e alternante, o que implicaria ter o discernimento de saber concordar naquilo que é positivo e está bem feito. Porque, ainda assim, sempre teria, com legitimidade e créditos reforçados,

campo para a discordância, a crítica e a alternativa. Assim não tem sido. Assim não é. Assim – tudo o indica – continuará a não ser!

Assim não foi na Lei Eleitoral. Em que o PSD ficou sozinho. Assim não foi na Lei de Finanças das Regiões Autónomas. E teria sido tão fácil e tão útil para os Açores, em ambas as circunstâncias!

Na Lei Eleitoral, bastaria simplesmente ao PSD-A ter tido uma posição, a mesma, do início ao fim do processo. Sem ameaças e sem queixinhas, que aliás de nada serviram.

Na Lei de Finanças das Regiões Autónomas, pela sua importância estrutural e estruturante para os Açores, o PSD colocou-se como partido marginal do processo autonómico. Com incoerências absolutas. Primeiro, a famigerada Resolução. Anunciada em conferência de imprensa antes do Plenário de Setembro...e de conhecida a Proposta de Lei oficial.

O que se pedia então na anacrónica Resolução que a Lei contemplasse...a Lei veio a contemplar! Por isso mesmo, e atabalhoadamente, o Fagundes de serviço fez que se esqueceu de a entregar nesta Casa, e só a pedido e a destempo subiu a Plenário. Ficou como prova do desnorte! Porque logo depois, como aquilo que se pedia foi contemplado e conquistado pelos socialistas, já não tinha nenhuma valia, e tornou-se até um incómodo! Procurou-se então posições e oposições de princípios em minudências, que depois até desapareceram ou foram minoradas na versão da Lei genericamente aprovada.

Mas tinha que se estar contra. Não pelos Açores, certamente! Mas por despeito e inveja partidárias! As mesmas, concerteza, que se revelam no acto falhado que a expressão “jackpot” contém! A invejinha do vizinho do lado, e do Partido da frente, é que comanda a vida!

Sem curar do trabalho, da luta e da justeza que o Governo Regional teve de usar para conseguir que a Lei tivesse esta conformação. Porque há milhões que, independentemente de serem euros, dão muito trabalho, e são uma aposta, mas só na afirmação de princípios, de valores e da Autonomia Açoriana.

Nessa altura, felizmente, o Açor voou alto. As galinhas, como já se sabe, e como Mário Soares nos ensinou há muitos anos, não voam. Mas há patinhos que, contra-corrente, e

na hora do aperto, se refugiam na Madeira, sem argumentos, sem razão e sem alma açoriana. Postergando mesmo 30 anos de Autonomia que, até e em parte, também são seus. Fazendo coro com o idiota útil do centralismo que tão bem caracterizava um editorialista dum semanário lisboeta, em Dia de S. Martinho, referindo-se àquilo que intitulava “um diabo no meio do Atlântico”: “ele gosta de fazer o papel de diabo – e essa representação dá-nos [a eles] jeito”.

Palavras para quê? Trata-se afinal de um diabinho de “loja dos 300”, com efeitos decorativos de autonomia serôdia, e tão conveniente que o centralismo o expõe na montra televisiva, sempre na quadra mais propícia. Para desprestígio e vergonha da História, dos Princípios e da Justeza da Autonomia!

Por isso dizemos sempre, mesmo que a seriedade venda menos do que a chacota, que a Autonomia não é assim, que a nossa nunca foi assim! Nesta matéria, aliás, presto homenagem ao Dr. Mota Amaral, que já não tem nem estatura nem idade para ser patinho!

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia,  
Ex.mo Senhor Presidente do Governo,  
Senhoras e Sr.s Deputados,  
Senhora e Sr.s Membros do Governo

Vergado à força imperiosa dos factos, o PSD reconheceu que estes documentos incorporam um assinalável montante financeiro. Mas isso parece entristecer alguma oposição. Tornou, na sua perspectiva, este debate sem história. Só vê divergência, dívidas e avals. E até crítica o betão, que lhe parece em demasia. E se há formação, é para iludir o emprego. E se há emprego, ainda não é suficientemente bem remunerado... Poderiam, ao menos, os Sr.s Deputados do PSD/Açores ter rentabilizado a sua excursão à Madeira, e ter perguntado aos seus companheiros (em vez de quererem anular, por alegada inconstitucionalidade, uma lei justa e boa para os Açores e para o País) quais as grandes linhas do orçamento madeirense para 2007.

Assim ficariam a saber que no Plano de Investimentos e Despesas da Administração da Madeira (PIDDAR) o betão consumirá 44% da verba inscrita; que o orçamento contará como receita com um empréstimo de 50 milhões de euros junto do BEI, que o Governo da República ainda terá de autorizar; que as Despesas Correntes sobem 3,1%; que os cortes nas transferências para as Câmaras Municipais serão de cinco milhões de euros; que a previsão dos avales a conceder totaliza 390 milhões de euros, incluindo o que será dado a um clube de futebol para construção de um novo estádio. E, já agora, em Setembro de 2006 a taxa de desemprego na Madeira foi de 6,1%, o maior valor desde 1978.

Como se vê, há exemplos que não queremos seguir! Mas alguma oposição já fez a sua opção de classe!

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia,

Ex.mo Senhor Presidente do Governo,

Senhoras e Sr.s Deputados,

Senhora e Sr.s Membros do Governo

Para a Maioria, este Plano e este Orçamento têm conteúdo e história. E farão História. Porque são, desde logo, a primeira materialização de duas vitórias dos Açores, que se repercutirão garantidamente por um período mínimo de sete anos. Que permitem e garantem a planificação dos nossos destinos colectivos, na senda do desenvolvimento e do bem-estar dos Açores e dos açorianos, pois possibilitam estabilidade e previsibilidade.

Depois, porque são documentos tecnicamente bem elaborados e que plasmam princípios de rigor e boa gestão, possibilitam o investimento infra-estrutural, a valorização dos recursos humanos e o reforço da coesão social.

De resto, o rigor e a transparência na gestão dos dinheiros públicos são apanágio reconhecido dos Governos Socialistas, reforçado aliás por inquéritos mesquinhos, em que alguns ainda pensam que a administração “marcha” como no seu tempo!

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia,  
Ex.mo Senhor Presidente do Governo,  
Senhoras e Sr.s Deputados,  
Senhora e Sr.s Membros do Governo

O Orçamento para 2007, que o nosso Governo propõe a este Parlamento, para além de enformar do princípio do rigor, do equilíbrio financeiro e do endividamento zero – o que aliás não é absolutamente obrigatório, como se vê face àquilo que acontecerá na Madeira -, à semelhança, aliás, do que acontece entre nós de há cinco anos a esta parte. As despesas correntes diminuem em 5% relativamente a 2006, se exceptuarmos o reforço para o SRS, perfeitamente compreensível e necessário.

O investimento público aumenta 15,9%, num total de 619,8 milhões de euros, constando destes 377,5 milhões no Plano de Investimentos. Há uma expressa preocupação, traduzida em comando normativo na Lei do Orçamento, com a redução das despesas de deslocações, estudos e assessorias, bem como com a aquisição de bens e serviços. O Plano, por sua vez, apresenta um acréscimo significativo na área vital das acessibilidades intra-regionais, consubstanciado em meios de transporte, aéreos e marítimos.

A desagregação espacial do Plano de Investimentos vai mais longe, e dá adequada expressão aos investimentos nas Ilhas da Coesão, sendo apenas 24% das despesas totais do Plano a parte não desagregada.

Como referimos já, a evolução fortemente positiva da previsão fundamentada da receita advém do reforço da verba a transferir, a título de solidariedade e coesão consagrada na nova fórmula da LFRA, no montante de 13,3 milhões de euros; por uma transferência extraordinária decorrente do reconhecimento da existência de um crédito relacionado com a errada interpretação da 1ª LFRA por parte dos sucessivos Governos da República, e cuja primeira parcela a transferir é de 14,9 milhões de euros.

Por sua vez, o valor previsto de receitas provenientes da União Europeia para 2007 ascende aos 167,6 milhões de euros, a serem executados pelo Governo Regional e demais entidades. Acrescente-se que o IV Período de Programação Financeira irá

disponibilizar para os Açores verbas no montante global de 1.532 milhões de euros, o mesmo é dizer, uma variação absoluta e positiva de 311 milhões de euros, mais 25,4% do que o quadro comunitário ainda em vigor.

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia,

Ex.mo Senhor Presidente do Governo,

Senhoras e Sr.s Deputados,

Senhora e Sr.s Membros do Governo

Em matéria de educação, o Governo Regional, com a Proposta de Plano apresentada para o Sector, demonstra inequívoca e firme vontade de prosseguir as políticas arrojadas, inovadoras e muito substanciais que têm caracterizado a governação socialista.

Como bem referiram o Secretário Regional da Educação e Ciência e a Deputada Cláudia Cardoso, a Proposta de Plano que debatemos é, por isso mesmo e de forma intencional, uma proposta de continuidade no caminho certo, em betão e nas pessoas, apostando no aumento da oferta e qualidade em infra-estruturas e equipamentos escolares, na diversificação da oferta educativa potenciadora do sucesso e da livre escolha, bem como na formação do pessoal docente e não docente.

Ao nível da Habitação e Equipamentos, os documentos agora em análise contêm as dotações suficientes para a prossecução de uma política coerente e necessária ao nível da habitação social, bem como da segurança das habitações e reabilitação dos centros históricos, com incentivos à sua ocupação por jovens.

A erradicação de barracas e habitações débeis em Rabo de Peixe, Bairro Joaquim Alves e Bairro da Terra-Chã prosseguirá ou iniciar-se-á.

A rede viária terá, no final desta Legislatura, em estradas novas e reabilitadas, uma extensão de 1.000 kms, dando bem conta do trabalho quantitativo e qualitativo feito nesta área.

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia,  
Ex.mo Senhor Presidente do Governo,  
Senhoras e Sr.s Deputados,  
Senhora e Sr.s Membros do Governo

Perpassam pelos documentos ora em análise um conjunto de medidas que visam continuar a promover a coesão como grande objectivo duma Região Marítima. É assim ao nível da majoração de apoios à habitação. Assim será com a construção do campo de golfe em S. Maria, bem como com a construção do núcleo de recreio náutico. Assim será na Graciosa com a construção da nova unidade hoteleira. Assim será em S. Jorge, com a construção do parque de campismo da Caldeira de Santo Cristo, com o núcleo de recreio náutico das Velas, já iniciado, com a nova aerogare do aeródromo de S. Jorge, em fase de conclusão. Com a segunda via de acesso ao porto das Velas e ampliação do seu terraplano, estando a ANA a concluir o projecto de ampliação da infra-estrutura aeroportuária desta ilha. Far-se-á ainda a electrificação das Fajãs de S. Jorge.

Assim será, sempre e ainda, nas Flores, com a construção da nova unidade hoteleira, inserida no complexo museológico da fábrica do Boqueirão. Também com a nova aerogare, núcleo de recreio náutico, consolidação da cabeça do molhe, construção do clube naval e de um pavilhão no porto das Lajes das Flores.

No Corvo, em cooperação com o respectivo Município, será construída uma zona balnear.

O Governo Regional prossegue assim, de forma coerente, uma política de discriminação positiva, de que aliás muito se orgulha, de desenvolvimento dos Açores todos. Felizmente não nos comovemos com teorias pretensamente científicas do grande centro que irradia riqueza, que são sempre, ao nível político, motores de discriminação, de desunião e de erosão económica e política, da unidade açoriana e da nossa visão dos Açores.

Prosseguir-se-á a política de coesão social, consubstanciada na maior e mais diversificada rede de apoio, às novas e velhas debilidades e exclusões, que terá a sua



maior expressão infra-estrutural com a construção dos lares de idosos da Lagoa, do Recolhimento de S. Gonçalo, das Lajes do Pico e das Lajes das Flores.

O lançamento do concurso de concepção/construção do novo hospital da Terceira, bem como das novas sedes dos Centros de Saúde da Graciosa e da Madalena do Pico ocorrerão a breve trecho. Prosseguirá igualmente o projecto de informatização do Serviço Regional de Saúde, essencial à modernização e melhor eficiência da sua gestão e da prestação dos cuidados de saúde, designadamente ao nível da redução de certas listas de espera que estão a ser neste momento trabalhadas.

Na agricultura, reforçar-se-á medidas de política tendentes ao aumento do rendimento dos agricultores, e de competitividade e sustentabilidade da actividade agrícola e pecuária, ao nível, designadamente, da modernização da estrutura fundiária, da mecanização agrícola, da beneficiação das acessibilidades e da valorização e certificação das produções, sem esquecer a diversificação da nossa base produtiva.

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia,

Ex.mo Senhor Presidente do Governo,

Senhoras e Sr.s Deputados,

Senhora e Sr.s Membros do Governo

Como se referiu já, o Governo está bem consciente da importância ecológica, económica e estratégica do nosso Mar.

Por isso mesmo criou um departamento com tutela sobre os assuntos do Ambiente e do Mar. Por isso mesmo tem tido posição destacada ao nível da contribuição para a definição da nova política europeia para o Mar. Tal visão, bem salientada pelo deputado Hélder Silva, será prosseguida e aprofundada, com ganhos económicos, políticos e identitários para os Açores.

Identidade que é uma forma particular de dizer cultura. O Governo Regional apostará fortemente em inovadores equipamentos culturais, revelando, para além do betão que é pressuposto, uma visão moderna, universalista e de qualidade, pois só ela valoriza e casa bem com o nosso particularismo atlântico.

Destacam-se assim o Centro de Arte Contemporânea, na Ribeira Grande, as Bibliotecas Públicas e Arquivos de Angra do Heroísmo e da Horta, a casa Armando Côrte-Rodrigues e a Igreja do Colégio. Cresce, igual e significativamente neste Plano, a verba destinada ao fomento cultural.

De outras identidades se faz também a nossa identidade: universalista, tolerante, andarilha e aberta. Razões acrescidas para atentar numa política de inclusão para os cidadãos imigrantes, cuja presença nos enriquece e valoriza.

Por isso mesmo, os documentos em análise, não os esqueceram.

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia,

Ex.mo Senhor Presidente do Governo,

Senhoras e Sr.s Deputados,

Senhora e Sr.s Membros do Governo

De novo, repetimos: este é um bom orçamento; este é um bom Plano. Na sua expressão concreta, nas vitórias políticas que os precederam e enformam, cujos reflexos serão positivamente sentidos nos próximos anos.

Por isso mesmo, o principal partido da oposição não quis discuti-los. Preferiu a balela da crise existencial. A discussão angustiada do “modelo”. A crítica impotente de quem fica de fora, a ver o desenvolvimento dos Açores passar. Foram por isso terríveis estes três dias para o PSD.

Chutou para o lado. Fez de virgem ofendida, cobrindo a honra banalizada com o leque exibicionista da comunicação social, numa intimidade de porta aberta.

Pela nossa parte, apresentaremos propostas de alteração, tendo em vista sobretudo o reforço de medidas que beneficiem os mais jovens.

E encararemos, de boa fé e com espírito construtivo, propostas de outros, que sejam coerentes e bem fundadas. Com humildade e sem invejas. Com a mesma segurança de quem sabe que, por imorredoura vontade do povo soberano, estes documentos, e eventuais propostas de alteração, passam à esquerda...ou não passam.

Gostaríamos, por exemplo, que dentro da folga orçamental existente, o Governo continue a prosseguir uma política que traga um **raiozinho de socialismo** aos mais frágeis e àqueles que mais precisam, designadamente aos idosos e àqueles que se encontram em situação de doença. Em absoluta coerência com o nosso pioneirismo, ao propormos, mantermos, e actualizarmos o Complemento Regional de Pensão. Que fosse prosseguida, na decorrência do que se fez em 2004, uma actualização extraordinária dos apoios aos doentes deslocados.

Para nós, é a nossa justiça social! Mas não nos ofendemos que outros lhes chamem outra coisa, igualmente cristã. É que pelas obras é que se vêem os Homens e os Partidos.

Sempre com o optimismo e a esperança, a que também se pode chamar fé, na necessidade e possibilidade de transformar, sempre, o Mundo em algo melhor, mais solidário e mais fraterno.

Disse.

O Presidente do Grupo Parlamentar do PS: Francisco Coelho